

Presidente da PME Portugal lança duras críticas à falta de apoios às micro e pequenas empresas e acusa a CCDR-N de “discricionariedade”

POPH não abriu candidaturas em 2009 para apoiar a formação nas PME

A PME-Portugal reuniu uma amostra de 3165 empresários a quem fez um inquérito sobre os apoios comunitários às PME e no âmbito do QREN. E as conclusões não são animadoras. De acordo com Joaquim Cunha, presidente da Associação, “três em cada quatro empresários reprovam o QREN”. E apesar de a formação ser “uma prioridade”, ou “dever sê-lo”, apenas uma minoria de empresas apresentou uma candidatura ao POPH.

Do conjunto das empresas que apresentaram candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH 2007-2013), há “uma percentagem significativa que vê a sua candidatura recusada (25%)”, diz o presidente da PME-Portugal, em

entrevista à “Vida Económica”. O responsável da Associação salienta o facto de, em 2009, o POPH não ter aberto “uma única candidatura para apoiar a formação nas pequenas e médias empresas”. Ou, dito com mais rigor, “abriu uma única can-

didatura para formação de empreendedores, em Agosto”, o que “parece estranho” a Joaquim Cunha, por se tratar de um mês de férias.

Questionado sobre quais foram, até ao momento, as verbas contratualizadas entre a associação que re-

presenta e o organismo de gestão do POPH, a PME Portugal diz não ter “qualquer verba contratualizada e/ou em candidatura”, havendo, sim, “a receber (em contencioso) quase dois milhões de euros” de serviços prestados ao Estado, que “não os quer pagar”.

Joaquim Cunha vai mais longe e diz que, “no PRIME/Compete, o atraso chegou a 600 mil euros num projecto, 80% do qual referente a bolsas” e que, em 2008, “os atrasos com pagamentos chegaram a atingir três milhões de euros”, acusando a CCDR-N, na pessoa de Carlos Lage, do PONorte, de lhes “congelar pagamentos de centenas de milhares de euros durante meses, sem qualquer fundamento jurídico”.

O presidente da PME-Portugal vai mesmo mais longe e acusa o presidente da CCDR-N de “violiar as regras de gestor” e de, relativamente a ele, a confiança da Associação ser “zero” e “o investimento também”, devendo Carlos Lage ser “responsabilizado pelo aumento do desemprego na região, que a própria CCDR-N revelou esta semana”. É que, diz Joaquim Cunha, com um gestor como ele à frente do maior programa operacional regional, os empresários sabem com o que é que contam” e o que contam é “zero”.

Mas as críticas à CCDR-N e ao seu presidente não se ficam por aqui. Nesta entrevista à “Vida Económica”, Joaquim Cunha fala em “discricionariedade” na avaliação das candidaturas, afirmando que tudo “depende de quem são as associações ou empresas” candidatas. Se estas forem “do clube dos 100 que controlam a ri-



Joaquim Cunha lamenta que se fiscalizem “ostensivamente” as PME “sem fazer o mesmo com verbas de dezenas de milhões [de euros] empregues em multinacionais, que não fizeram qualquer formação e estiveram a pagar custos de financiamento”.

queza do país, aí nem se discute nada”, acusa o presidente da PME-Portugal, que fala de “projectos virtuais”, cujas candidaturas e saldos “são acarinhados nos gabinetes de quem devia, de forma pública e isenta, aprovar e fiscalizar e não o faz”.

O líder da PME-Portugal acha ainda “inadmissível” que se “esgotem” as verbas do Fundo Social Europeu (FSE) “em grandes empresas”, abrindo uma fase de PRIME Formação para PME “à pressa”, demorando “dois anos a aprovar e pagar apenas parte da despesa efectivamente assumida pelas micro, pequenas e médias empresas na formação de trabalhadores”. Aliás, critica ainda que se fiscalizem “ostensivamente” as PME, “sem fazer o mesmo com verbas de dezenas de milhões [de euros] empregues em multinacionais, que não fizeram qualquer formação e estiveram a pagar custos de financiamento”.

Questionado pela “Vida Económica” sobre o ritmo de funcionamento do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), Joaquim Cunha diz que o Programa “apresenta uma baixa taxa de atractividade para apresentação de candidaturas”, relacionada com a “forma como foi fechado o QCA [Quadro Comunitário Apoio] anterior nesta matéria (projectos autónomos de formação)”, havendo igualmente atrasos, sobretudo nos pagamentos da formação.

“Não nos parece que Portugal dê um salto na formação dos seus activos”

que deveria melhorar, o presidente da PME-Portugal começa por dizer que “começa a ser algo visível a tendência que os programas executados em Portugal apresentam, que é de aprovar candidaturas mas sujeitas a dotação orçamental”. A Associação de Joaquim Cunha já recebeu, aliás, “muitas queixas de empresas que recebem este tipo de notificações”, havendo igualmente casos de “empresas que apresentaram candidaturas à formação, que foram aprovadas, e que, posteriormente, receberam comunicações de que poderia não existir orçamento para as suportar”.

A verdade é que parece não haver vontade de “querer assumir tais posições publicamente”, diz Joaquim Cunha, revelando que “existe uma grande dependência das associações aos programas comunitários”, ao ponto de “algumas conhecidas” terem de “fechar a porta amanhã se [lhes] fechassem a torneira”. É daí a “convivência política”, que “é o que é”, acusa o dirigente associativo.

O presidente da PME-Portugal está, aliás, convicto de que, após mais este quadro comunitário de apoio, Portugal não conseguirá dar um salto qualitativo na formação dos seus activos. “Não nos parece”, afirmou à “Vida Económica”.

Até porque, como diz, “continuamos a assistir à definição de prioridades feita de forma centralizada e de cima para baixo, existindo pouca liberdade para as empresas criarem as suas próprias orientações formativas”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

PUB

áreas de formação

Criação
Modelagem
Corte
Costura
Qualidade

Gestão Comercial
Tec. Inf. e Comunicação
Higiene e Segurança
Língua Portuguesa para Estrangeiros
Formação On-Line

APOIO TÉCNICO

Formação à Medida

Serviços Técnicos nas Áreas de Intervenção

LABORATÓRIO DE ENSAIOS

Tecidos | Acessórios

Tipos de ensaios (consultar site)



Centro de Formação Profissional
da Indústria de Vestuário e Confecção

UMA VISÃO DE FUTURO

NOVAS OPORTUNIDADES

RVCC
Certificado de Qualificações
e Diploma de Qualificação

Escolar Nível básico (4.º 6.º ou 9.º ano de escolaridade)
Nível secundário (12.º ano de escolaridade)

Profissional Áreas de Costureira / Modista
e Costureira Industrial de Tecidos

Lisboa - Rua Professor Reinaldo dos Santos, lote 1510 - 1500 505 Lisboa Tel. 217 713 100 | Fax. 217 713 120

Lisboa | Santarém | Castelo Branco | Covilhã | www.civec.pt

800 252 000
Linha gratuita

